

PROGRAMA DA LISTA A CANDIDATA À DIRECÇÃO DO SNESUP (2001-2003)

I. REAFIRMAR O SNESUP COMO GRANDE SINDICATO INDEPENDENTE DO ENSINO SUPERIOR, INTERVENIENTE EM TODAS AS VERTENTES QUE INTERESSAM AOS SEUS ASSOCIADOS EM PARTICULAR E AOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR EM GERAL

A constituição do SNESup deu pela primeira vez aos docentes e investigadores do ensino superior a possibilidade de definirem as suas próprias prioridades, obrigou as restantes organizações sindicais a ajustarem os conteúdos da sua intervenção, a sua imagem e os seus modos de funcionamento.

No entanto, uma estrutura **para** os docentes e investigadores do ensino superior nunca será o mesmo que uma estrutura **dos** docentes e investigadores do ensino superior. É essa a **diferença** que justifica a existência do SNESup.

O SNESup, sindicato independente, e que o quer permanecer, **tem de contar com as suas próprias forças**, precisa de reforçar a sua influência, e o seu número de associados.

Mas o SNESup tem de responder às preocupações dos seus associados, favorecer a sua participação organizada.

O SNESup tem de aumentar a sua intervenção e a sua visibilidade na sociedade e na vida académica. Para este efeito, tem de partir do princípio de **que nada do que diz respeito ao ensino superior lhe é estranho**.

Estão anunciados projectos sobre reestruturação dos graus académicos, estão em curso iniciativas legislativas que, apresentadas como complementares da Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior (LOOES) terão profundos efeitos sobre o ambiente institucional, sobre a oferta de cursos pelas instituições, sobre as necessidades de pessoal docente qualificado.

O SNESup tem de se manter atento, e no que for necessário, interveniente, e procurar institucionalizar contactos regulares com os órgãos de soberania e com o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

Estão institucionalizados a coberto da legislação de avaliação, e talvez o venham a estar sob a forma de regulação, verdadeiros processos de priorização de necessidades no âmbito do ensino superior, com efectiva concertação entre agentes educativos e suas

associações ou estruturas representativas. Desta concertação, estão até agora excluídas as associações sindicais.

O SNESup tem de encontrar uma forma adequada de posicionamento neste domínio.

As anunciadas restrições do Programa de Reforma das Despesas Públicas que se anunciam cairão certamente sobre as instituições de ensino superior, parte das quais deixou de pagar actualizações salariais, ou está na contingência de não pagar as últimas remunerações do ano.

O SNESup tem certamente de ter voz activa contra esta situação.

II - PERSPECTIVAR O SNESUP TAMBÉM COMO ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL

O SNESup, para intervir em alguns dos domínios anteriormente referidos, não o fará numa perspectiva estritamente sindical.

Mas o SNESup deve encarar-se também como **Associação Profissional**, de docentes que fazem investigação, e de investigadores.

A discussão e a tomada de posição, sobre temas de **Política Educativa** devem fazer parte das preocupações do SNESup.

A criação de condições para o desenvolvimento de **Investigação** deve igualmente fazer parte das preocupações do SNESup, sendo de ter em conta que para além de intervir no sentido de criar condições para o acesso de docentes, sobretudo dos subsistemas politécnico e particular, à investigação orientada para graus académicos, o SNESup poderá vir a apoiar propostas oriundas de estruturas de centros de investigação que actuem enquanto parceiro social, na linha do que se discutiu já no Encontro do SNESup sobre Investigação Científica realizado em Dezembro de 2000, cujo relato e comunicações, publicaremos integralmente.

Pediremos ao Ministro da Ciência e Tecnologia a entrevista que o Conselho Nacional do SNESup considerou em Outubro de 1999 dever ser pedida pela Direcção agora cessante.

A **Formação Pedagógica** deverá merecer também a atenção do SNESup, eventualmente no quadro de parcerias com as instituições de ensino superior.

Os **Modelos de Gestão** das instituições de ensino superior, e em particular a possibilidade de criação de alternativas aos actuais modelos superabsorventes do tempo e da atenção dos docentes, merecem também algum espaço dentro das iniciativas do SNESup.

A **Saúde e a Segurança no Trabalho** suscitaram um vivo interesse no Encontro do SNESup sobre Novos Conteúdos da Acção Reivindicativa realizado em Dezembro de 1999. Estão a ser eleitas em algumas instituições comissões paritárias.

O SNESup deverá lançar alertas sobre esta problemática, prestando particular atenção à identificação de doenças profissionais específicas da profissão docente.

Estes caminhos de intervenção, diferentes da intervenção sindical clássica, propiciarão certamente a participação de colegas que não se sintam motivados para esta última.

Sejamos claros: as limitações inerentes à constituição de qualquer equipa de Direcção, a que a presente não constitui excepção, implica que estas linhas de actuação

- sejam no essencial concretizadas no quadro de Encontros, que há que manter como espaços de reflexão e de convivência;
- sejam preparadas e acompanhadas pelas próprias Comissões Organizadoras dos Encontros ou por Comissões e Grupos de Trabalho.

À Direcção cabe sobretudo criar condições para que surjam **Responsáveis por Projectos** e garantir aos Projectos em causa adequada projecção pública.

III – REFORÇAR A EFICÁCIA DA ACÇÃO REIVINDICATIVA; VALORIZAR A SOLIDARIEDADE

A abertura de processo eleitoral coincidente com a divulgação de um anteprojecto de novo Estatuto da Carreira Docente (ECDU) levou-nos a divulgar já a nossa perspectiva sobre os aspectos essenciais da acção reivindicativa estatutária e salarial no texto “Estatutos de Carreira: Firmeza nos Princípios” que deve ser considerado parte integrante do presente Programa.

Queremos deixar claro que a saída do processo relativo ao ECDU condicionará largamente o êxito da acção sindical futura bem como as negociações sobre carreiras do ensino superior politécnico público, e, visto o paralelismo de carreiras para que a legislação aponta, terá igualmente reflexos no ensino superior particular e cooperativo.

Lutaremos por todas as propostas reivindicativas aprovadas durante o último mandato no Conselho Nacional do SNESup sobre quadros de dotação global, vínculos, medidas urgentes para o estatuto de carreira do ensino superior politécnico, contratação do pessoal docente do ensino superior particular e cooperativo que, **todas**, têm como principais autores materiais, membros da nossa candidatura, actuando quer enquanto membros da Direcção cessante, quer enquanto membros do Conselho Nacional.

Prepararemos proposta relativa ao Estatuto dos membros de órgãos de gestão.

Estaremos também atentos à problemática da Segurança Social, abordada já no Encontro do SNESup de Dezembro de 1999.

No entanto entendemos necessário melhorar a eficácia da acção reivindicativa através de

- melhor preparação das propostas, com recurso quer a informação sobre realidades de outros países, quer a informação sobre a situação nacional, a partir de elementos que, inclusivamente por força da legislação sobre negociação colectiva, o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia têm obrigação de disponibilizar;
- melhor conhecimento pelo Sindicato da realidade das instituições, através do contacto quotidiano com os associados e com os delegados sindicais, mas também de reuniões e de inquéritos;
- maior discussão prévia das propostas, favorecendo a formulação de dúvidas, objecções e alternativas, e, conseqüentemente, uma consensualização mais ampla da sua redacção final.
- maior envolvimento dos delegados sindicais e dos associados na definição de formas de actuação.

Este último aspecto poderá conduzir à institucionalização de estruturas de coordenação entre a Direcção e o Conselho Nacional, para os sectores em que se verificar uma maior necessidade de intervenção, seguindo a experiência, que se revelou benéfica no último mandato, de constituição de uma Comissão de Trabalho específica para o ensino particular e cooperativo.

No entanto, a necessidade de evitar a diluição em formas de representação mais ampla, poderá conduzir à criação de Comissões de Trabalho específicas para a situação de grupos como os Leitores, os Encarregados de Trabalhos e os Investigadores Bolseiros, estes últimos dentro dos limites estatutários de acolhimento.

Consideramos positivo que na dinamização destes processos se envolvam associados que não sejam membros da Direcção e que fiquem, em ligação com esta, **Responsáveis por Estruturas de Coordenação Especializadas**.

A eficácia da acção reivindicativa depende também do envolvimento das Comissões Sindicais, que no seu conjunto constituem o Conselho Nacional, órgão máximo do Sindicato entre Assembleias Gerais.

Procuraremos, no respeito dos Estatutos e das garantias de regularidade dos processos eleitorais, colaborar com a Mesa do Conselho Nacional no sentido de agilizar a eleição de Comissões Sindicais.

No entanto a importância das Comissões Sindicais transcende muito a participação em processos de âmbito nacional ou sectorial. Sabendo como tal se torna por vezes difícil, nas condições concretas do ensino superior, tanto público, como particular e cooperativo, por razões aliás diferentes, exercer actividade sindical nas Escolas:

- apoiá-las-emos no esforço de defesa de uma correcta aplicação dos Estatutos de Carreira e em geral no cumprimento de legislação do trabalho;
- delegaremos na medida do estatutariamente possível os poderes de representação do Sindicato.

Encararemos as Comissões Sindicais como verdadeiras Direcções Sindicais nas suas instituições.

Encorajaremos a sua iniciativa, proporcionar-lhe-emos apoio directo dos serviços do Sindicato, asseguraremos intervenções de apoio da Direcção na medida das nossas possibilidades.

Contaremos também com a intervenção espontânea dos associados, em defesa dos colegas, de outras categorias ou carreiras, ou em outras instituições, que estejam ameaçados. Membros da nossa candidatura protagonizaram no aliás no presente mandato, e a título pessoal, acções de apoio a um colega, dirigente de outro Sindicato, suspenso pela entidade patronal.

Muitos dos associados do SNESup estão frequentemente envolvidos em cadeias de protesto ou de solidariedade por e-mail. Prezamos muito estas formas de **Valorizar e Reviver a Solidariedade**, que, se participadas por muitos, podem ampliar a ressonância das acções tanto ou mais que a **denúncia através da comunicação social**, a que também recorreremos. Certamente têm mais impacto do que a solidariedade institucionalizada das organizações. Sem esquematismos, sem pretender enquadrar o que é essencialmente espontâneo, apostaremos também um pouco nelas.

IV – APROXIMAR O SINDICATO DOS ASSOCIADOS, AGLUTINAR VONTADES E ACTUAR EM SINERGIA

Consideramos ser importante que o Sindicato divulgue a existência, localização, e facilidades da sede nacional e proporcione aos associados envolvidos na concretização de qualquer projecto a utilização das respectivas salas de trabalho, mediante simples marcação com os serviços.

Os serviços serão instruídos no sentido de, conforme prevêem os Estatutos, entregarem ou enviarem a todos os associados que o requeiram, cópias de quaisquer actas ou relações de associados que por eles sejam solicitadas.

Para além do usufruto do espaço físico e do conjunto de facilidades da sede o Sindicato pode proporcionar aos associados um excelente **Instrumento de Comunicação**.

Poremos à disposição dos associados

- O fórum electrónico Infodebate, do qual os membros da presente candidatura são na maioria subscritores;
- Uma mailing list para troca de informações sobre assuntos previamente definidos de acordo com o interesse de cada subscritor,
- Directórios de endereços de e-mail com interesse para os associados;
- Um espaço da página da INTERNET para publicação de textos de opinião ou divulgação de projectos próprios.

Asseguraremos igualmente, a alimentação destes canais de comunicação com **Conteúdos** produzidos pelos serviços ou pela própria Direcção.

Consideramos entretanto imprescindível, para além de aproximar a actual estrutura dos associados, e incentivar a comunicação entre estes, promover a **Descentralização da Vida Sindical** através de:

- rotação dos locais de realização das reuniões do Conselho Nacional;
- promoção da criação de Delegações Sindicais regionais, com nomeação de Delegados Regionais, nos termos de uma disposição até agora não utilizada dos Estatutos,
- constituição de estruturas de coordenação Inter - Comissões Sindicais da mesma Universidade ou Instituto Superior Politécnico, ou da mesma Região, conforme a dinâmica sindical o recomende;
- descentralização do apoio jurídico prestado pelo Sindicato, com contratação de advogados de fora de Lisboa.

Avançaremos de imediato com a criação de uma Delegação no Porto, que constituirá um poderoso argumento para o esforço de sindicalização que nos propomos de imediato fazer nas zonas de menor implantação do Sindicato, certos de que se trata de um investimento que se recuperará em pouco tempo.

No mandato dos órgãos nacionais que agora termina, verificou-se uma feliz interacção entre o funcionamento do Conselho Nacional, os Encontros do SNESup e a participação no fórum electrónico Infodebate. Foi essa interacção que tornou possível o aparecimento da presente candidatura.

Descentralizar, mantendo e intensificando a comunicação, permitirá continuar a aglutinar vontades e a aproveitar sinergias.

Entendemos também necessário, com vista ao **reforço da identificação dos associados com o Sindicato**:

- promover desde já o envio de um inquérito aos associados, com vista a determinar as prioridades para efeitos de reorganização dos serviços;
- passar a enviar aos associados, antes da aprovação em Conselho Nacional, os Relatórios e Contas da Direcção, que deverão ser apresentados nos prazos regulamentares e voltar a ser relatórios de actividades que enquadrem as contas, e não meros relatórios sobre estas;
- retomar a prática de realização de Assembleias Gerais descentralizadas, interrompida em 1992 com a aprovação dos actuais Estatutos;
- criar um clima de cooperação entre o Conselho Nacional, órgão máximo entre Assembleias Gerais, a Direcção e a Comissão de Fiscalização e Disciplina, no respeito das suas competências próprias;
- dotar o SNESup Informação de um Estatuto Editorial próprio, que garanta a pluralidade de expressão de opiniões.

V – CONSOLIDAR O SINDICATO, PREPARAR A RENOVAÇÃO

Conforme referimos no nosso Manifesto Eleitoral, “O SNESup precisa de todos”, adoptamos um novo conceito de Direcção, segundo o qual efectivos e suplentes participarão igualmente no trabalho da Direcção na medida das suas possibilidades, a Comissão Permanente, que será constituída desde o seu início, por colegas de cidades diferentes, será uma mera estrutura executiva, com poderes delegados, e o Presidente e os Vice-Presidentes estarão em princípio libertos da gestão corrente.

Teremos em conta a necessidade de efectuar ajustamentos no funcionamento interno da Direcção, conforme permitido pelos Estatutos, em função de alterações da disponibilidade académica de cada um dos membros da equipa.

É nossa intenção fazer com que funcione uma **Direcção Alargada**, integrando, para além de efectivos e suplentes, e ainda que não membros da direcção

- os delegados regionais;
- os responsáveis por estruturas de coordenação;
- e os responsáveis por projectos específicos.

Estaremos sempre disponíveis para equacionar a antecipação de eleições gerais de forma a permitir a **Renovação da Equipa**, dando continuidade ao presente Programa, ou o surgimento de novas alternativas.

Pretendemos entretanto assegurar que não se perca, com a sucessão de Direcções, a capacidade de intervenção do Sindicato.

Este tem ou teve contratos para apoio profissional no domínio dos serviços jurídicos, como é tradicional, no domínio informático, e no domínio da assessoria de imagem.

Entendemos necessário apostar mais profundamente no recurso a serviços profissionais, na perspectiva de criação de um **Gabinete de Apoio Sindical** a que possam recorrer os órgãos nacionais e as comissões sindicais.

Para além do quadro da PRC, o SNESup não tem relações regulares com outras associações sindicais, apesar de os Estatutos expressamente recomendarem o estabelecimento de relações bilaterais. Procuraremos ultrapassar essa lacuna.

Do ponto de vista das relações internacionais, a quase total ausência de contactos do SNESup neste domínio desde a sua criação, a circunstância de outras organizações sindicais portuguesas já se encontrarem filiadas nas estruturas existentes, tornam difícil o estabelecimento de relação regulares. **É prioritário para nós o desencadeamento de contactos exploratórios que privilegiem o quadro europeu.** Sendo desejável que essa missão seja assegurada a nível de Presidente ou de Vice-Presidentes, concertar-nos-emos com a Mesa do Conselho Nacional para esse efeito.

A consolidação e renovação do Sindicato dependem do crescimento do número de associados. É vital aproximar os antigos e novos associados. **É indispensável prosseguir o esforço de sindicalização.**

Com orgulho o referimos, a nossa candidatura integra tanto fundadores do SNESup como associados recentes.

O número de sócio ou a data de inscrição não são importantes.

Importante é o contributo que cada um de nós possa dar ao SNESup.

O SNESUP PRECISA DE TODOS